Mestre. E daí?*

Célia Lúcia Monteiro de Castro **

1. Introdução; 2. Os informantes; 3. As questões examinadas; 4. Motivos declarados para realização do curso de mestrado; 5. Condições de realização do curso de mestrado; 6. Ocupação remunerada; 7. Cargos exercidos; 8. Instituições patronais; 9. Localidade de exercício profissional; 10. Carga horária semanal de atividade; 11. Modificações profissionais atribuídas à realização do curso; 12. Atividade de pesquisa; 13. Continuação de estudos; 14. Conclusões.

1. Introdução

Documento elaborado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação, em 1980,[1] afirma que o objetivo global da política brasileira de pós-graduação é "a formação de recursos humanos altamente qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, enquanto quadros operativos para o setor público e privado", estabelecendo, ainda, que "por alta qualificação, deve ser entendida a capacidade de mover-se com segurança e agilidade na fronteira de uma especialidade, não só ao ponto de estar em condições de reproduzir o conhecimento gerado em outras partes, o que apenas representaria a capacidade efetiva de incorporá-lo, mas também de colaborar para o seu avanço, com contribuições significativas, o que representaria o domínio real daquela especialidade".

Entretanto parece haver descompasso entre o otimismo deste objetivo global, pelo menos em termos do nível de excelência que pretende atingir, e a realidade, entre nós, da pós-graduação *stricto sensu*, ao fim de 15 anos de sua implantação oficial.

* O presente trabalho analisa resultados da pesquisa "Valores reais e valores proclamados da educação brasileira – o caso da pós-graduação", realizada sob convênio entre o Instituto de Estudos Avançados em Educação (Fundação Getulio Vargas) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Ministério da Educação e Cultura), no biênio 1979-80.

** Professora do Curso de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense. Bolsa de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1 Brasil. Conselho Nacional de Pós-Graduação. *II Plano Nacional de Pós-Graduação*. Brasília, 1980. p. 1.

Tanto assim que se tem colocado que a procura pela matrícula nos cursos de mestrado e doutorado, independentemente do desejo de obter melhor qualificação, se associa[2] ao baixo nível dos estudos de graduação, à dificuldade de obtenção de emprego (exacerbada pela desproporção entre o número de diplomas anualmente concedidos pelo sistema de ensino superior e as oportunidades oferecidas pelos mercados de emprego e trabalho), e à relação feita, por dispositivos legais, a partir de 1968, entre a posse de determinados títulos acadêmicos (mestre e doutor) e a inserção e/ou promoção na carreira docente universitária. Por outro lado, procura-se mostrar a artificialidade da associação título/obtenção de emprego, dada a não-existência de uma relação necessária entre titulação e qualificação, ou proclama-se a necessidade de reestruturação da carreira docente, tornando possível o aparecimento de formas alternativas de preparo do futuro professor, enfatizando-se, entre outros procedimentos, a via da especialização; a questão, ainda se agrava, visto que se critica a qualidade das teses, monografias e dissertações[3] e se acusa a política salarial das universidades e faculdades por sua incapacidade de retenção do elemento humano melhor qualificado, principalmente na área tecnológica, face às remunerações oferecidas no mercado não-ligado à docência; afirma-se, também, que mestres e doutores tendem a evitar a ministração de aulas em cursos de graduação, fazendo com que a melhor capacitação do docente, quando existente, ainda assim não acarrete melhoria do processo ensino-aprendizagem no terceiro grau de ensino. Há quem fale do cunho elitizante, do ponto de vista econômico, dos cursos de mestrado e doutorado,[4] a escola legitimando, mais uma vez, situações de dominação.

Estas e outras críticas levaram à realização, no Instituto de Estudos Avançados em Educação (Fundação Getulio Vargas), de uma pesquisa objetivando o estudo interpretativo das discrepâncias existentes entre o discurso oficial (valores proclamados da educação brasileira)[5] e a realidade observada (valores reais). A investigação foi planejada de modo a abarcar cursos, alunos e egressos, sendo que, no presente trabalho, focalizam-se apenas algumas questões referentes aos concluintes dos cursos de mestrado; procura-se, aqui, detectar o que ocorreu ao diplomado após a obtenção do título pós-graduado, quer do ponto de vista da continuação de

2 Castro, Cláudio de Moura. Um debate em marcha. *Debate*, Brasília, *1* (3): 1-10, nov. 1979.

3 Cláudio de Moura Castro, diretor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Ministério da Educação e Cultura), refere-se, por exemplo, ao "rigorismo do insignificante", encontrado em boa parte dos trabalhos na área de Educação.

4 Sobre este tema foi realizada uma mesa-redonda na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Rio de Janeiro, 1980).

5 Adota-se, no caso, a terminologia inicialmente colocada por Anísio Teixeira e, depois, difundida por vários autores, entre os quais Benno Sander.

estudos formais, quer da inserção no mercado de emprego e/ou modificações da atividade profissional, quer da realização de pesquisas, contrapondo-se estas informações aos motivos declarados para a realização do curso e ao esforço público para a diplomação, notadamente no que tange à concessão de bolsas de estudo, durante as fases de obtenção de créditos em disciplinas e de realização da monografia ou dissertação.

2. Os informantes

Foram pesquisados, no primeiro semestre de 1980, 463 mestres[6] de 26 cursos de mestrado, credenciados pelo Conselho Federal de Educação e sediados nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí; os critérios de determinação da amostra levaram em conta a localização geográfica dos cursos (predominância destes no eixo Rio de Janeiro-São Paulo), o reconhecimento de sua qualidade pelo Conselho Federal de Educação (através das figuras de *credenciamento* e *recredenciamento*) e o número de diplomados, optando-se por áreas de concentração de estudos e cursos com maior número de egressos.[7]

Duas são as características básicas do grupo estudado: é um grupo jovem e há distribuição eqüitativa dos sexos (tabela 1), embora estes dados globais mascarem as diferenças encontradas nas grandes áreas de concentração de estudos. No que tange a variável sexo, mantêm-se, no quarto grau de ensino, as relações, tantas vezes assinaladas, entre sexo e exercício profissional, já que o feminino é mais encontradiço na área das ciências humanas e sociais (75,1%), emparelha-se quanto à incidência do masculino nas ciências biológicas, biomédicas e da saúde (49,2%) e se torna menos freqüente na área das ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (16,4%). Quanto à idade, mais de 2/3 dos mestres pesquisados (68,5%) têm menos de 39 anos, a grande diferença sendo encontrada nas ciências humanas e sociais, área em que 42,5% dos informantes têm 40 ou mais anos.

6 Destes 463 informantes, 63 fizeram cursos em ciências biológicas, biomédicas e da saúde (biofísica — 18, enfermagem — 10, histologia e embriologia — 1, cardiologia — 1, endocrinologia — 13, ginecologia — 5, otorrinolaringologia — 5, ortodontia — 1, parasitologia — 9), 217 em ciências humanas e sociais (antropologia — 16, educação — 132, letras — 55, serviço social — 14) e 183 em ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (engenharia civil — 37, engenharia elétrica — 3, engenharia de produção — 30, estatística — 4, física — 11, informática — 29, matemática — 50, química inorgânica — 19). Para a aplicação dos questionários, contou-se com a colaboração da Profª Martha Pereira das Neves Hees, mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense.

7 Maiores detalhes sobre a metodologia empregada constam da publicação *Após os títulos de mestrado e doutorado*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getulio Vargas/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas, Ministério da Educação e Cultura, 1980.

Tabela 1

Sexo e idade dos informantes

Área de conhecimento	Total de informantes	% de sexo feminino	% de idade		
			Até 29 anos	De 30 a 39 anos	40 e mais anos
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde	63	49,2	23,8	55,6	19,0
Ciências humanas e sociais	217 *	75,1	7,4	44,3	42,5
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia	183 **	16,4	27,9	57,0	9,3
Total	463	48,4	17,7	50,8	26,1

* 132 pertencem à área de educação.

** 50 pertencem à área de matemática.

3. As questões examinadas

Entre as diversas questões que foram propostas aos informantes anteriormente descritos, cinco serão objeto de análise no presente trabalho e se referem a:

a) quais os motivos declarados para a realização do curso de mestrado?

b) em que condições financeiras o curso foi feito? Houve apoio oficial no que se refere à concessão de bolsas de estudo?

c) ao término do curso ocorreram modificações das atividades remuneradas, no que se refere a cargo, entidade patronal, vencimentos e carga horária contratada? As modificações havidas são atribuídas à realização do curso?

d) do ponto de vista de escolaridade, o curso de mestrado assume características de terminalidade?

e) há atividade de pesquisa após a obtenção do diploma de mestre?

A rigor, estas perguntas objetivam proceder a uma avaliação do curso realizado, não em termos de seu processo, mas das conseqüências observadas.

4. Motivos declarados para realização do curso de mestrado

Dos diversos motivos apresentados (tabela 2), três obtêm maior endosso, são eles: possibilidade de aperfeiçoamento profissional (61,3%), atendimento a requisitos de docência de nível superior no que se relaciona à obtenção da titulação necessária (48,2%) e possibilidade, via escolarização aumentada, de ascensão profissional (71,9%), havendo, assim, associação, do ponto de vista da percepção do informante, entre inserção/promoção no mercado de emprego e realização do curso de mestrado. Deve-se acrescentar que esta relação é percebida antes como uma necessidade individual do que como uma imposição do empregador, já que apenas 12,7% mencionam exigências da entidade patronal como determinante da matrícula no curso. Por outro lado, é baixa a associação feita entre mestrado e preparação para atividade de pesquisa, o que é assinalado por tão-somente 7,8% dos informantes (percentual que oscila de 1,8 em humanidades a 12,7 em saúde e a 14,8 em tecnologia).

5. Condições de realização do curso de mestrado

Praticamente 2/3 dos informantes (65,7%, tabela 3) assinalaram manutenção dos salários durante a fase de obtenção de créditos em disciplinas, os demais casos

Tabela 2

Motivos determinantes da realização do curso de mestrado

Área de conhecimento	Motivos determinantes da realização do curso (%) *						
	Exigência da entidade patronal	Atendimento a requisitos da docência em nível superior	Possibilidade de ascensão profissional	Dificuldade de obtenção de emprego após a graduação	Aperfeiçoamento profissional	Interesse por atividade em pesquisa	Possibilidade de obtenção de bolsa de estudo
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	17,5	68,3	71,4	6,3	33,3	12,7	1,6
Ciências humanas e sociais (N = 217)	15,7	52,5	74,6	5,5	66,4	1,8	
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 183)	7,6	36,1	68,8	6,0	63,4	14,8	
Total (N = 463)	12,7	48,2	71,9	5,8	61,3	7,8	0,2

* Aceita a resposta múltipla à questão. Percentual calculado sobre total de informantes.

representando ou perda de emprego ou ausência de vínculo empregatício por ocasião da primeira matrícula no curso de mestrado (14,5% dos casos), conforme tabela 4.

A manutenção do salário não é incompatível com a obtenção de bolsas de estudo, representando esta última condição 62,4% dos casos por ocasião da matrícula em disciplinas e 48,2% na fase de realização do trabalho de dissertação (tabela 3); dado que a maior parte das bolsas concedidas o é por organismos oficiais (notadamente Capes e CNPq), parece haver aqui problema grave, já tantas vezes apontado: a condição de auxílio financeiro não se prende às condições sócio-econômicas do mestrando e não abarca o período total de realização do curso.

Por outro lado, seis das nove subáreas consideradas em ciências biológicas, biomédicas e da saúde (biofísica, histologia e embriologia, parasitologia, cardiologia, otorrinolaringologia e ortodontia), 1 das 4 subáreas englobadas em ciências humanas e sociais (antropologia) e 3 das 8 subáreas de ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (engenharia elétrica, estatística, química inorgânica) têm percentuais de bolsistas iguais ou superiores a 80%, sugerindo que a forma pela qual as bolsas são distribuídas não se associa facilmente a planos prioritários de governo ou a problemas nacionais mais prementes ou de maior monta, parecendo, pelo contrário, atestar o prestígio desigual, frente às agências financiadoras, dos grupos responsáveis pela criação, manutenção e desenvolvimento dos cursos respectivos.

6. Ocupação remunerada

Um pouco mais da décima parte dos informantes (14,5%, tabela 4) não tinha emprego na época do início do curso de mestrado, dado global que mascara as diferenças encontradas por grandes áreas de conhecimento: 30,2% de desempregados na área de saúde, 5,1% em humanidades e 20,2% em tecnologia; desagregados os resultados por subáreas de conhecimento, seis delas (biofísica, histologia e embriologia, parasitologia, endocrinologia, engenharia elétrica e matemática), o desemprego atinge a mais da terça parte dos respondentes, não havendo correspondência entre este fenômeno e a declaração da dificuldade de inserção no mercado de trabalho como motivo determinante do ingresso no curso de mestrado (tais respostas são encontradas em apenas três das seis subáreas e sempre em percentagens muito inferiores à taxa de desemprego). A situação oposta, em termos de três ou mais empregos por ocasião do início do mestrado, é representada também por 14,5% do total dos informantes, sendo 4,7% em ciências biológicas/biomédicas/saúde, 23,0% em ciências humanas/sociais e 7,6% em ciências matemáticas/físicas/químicas/tecnologia.

Tabela 3

Condições de realização do curso de mestrado

Área de conhecimento	Fase de obtenção de créditos em disciplinas (%)		Fase de realização do trabalho de dissertação (%)	
	Manutenção do salário	Concessão de bolsa de estudo	Manutenção do salário	Concessão de bolsa de estudo
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	73,0	73,0	80,9	49,2
Ciências humanas e sociais (N = 217)	76,0	52,1	81,1	41,0
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 183)	50,8	71,0	52,5	56,3
Total (N = 463)	65,7	62,4	69,8	48,2

Tabela 4

Número de empregos simultâneos

Área de conhecimento	Número de empregos simultâneos (%)					
	0	1	2	3	4	5 e mais
Antes de iniciar o curso						
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	30,2	49,2	15,9	3,1	1,6	
Ciências humanas e sociais (N = 217)	5,1	41,9	30,0	15,7	5,5	1,8
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 183)	20,2	58,5	13,7	6,6	0,5	0,5
Total (N = 463)	14,5	49,4	21,6	10,4	3,0	1,1
Depois de realizar o curso						
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)		71,4	17,5	9,5	1,6	
Ciências humanas e sociais (N = 217)	5,1	49,3	25,3	16,1	2,8	1,4
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 183)	2,7	78,2	15,8	2,7	0,6	
Total (N = 463)	3,5	63,8	20,5	9,9	1,7	0,6

Após a obtenção do título acadêmico, ainda persistem quer desemprego (3,5% do total), quer distribuição da atividade profissional por três ou mais cargos (12,2% do total, sendo 20,3% em ciências humanas e sociais), não servindo as informações obtidas para indicar uso eminentemente racional da mão-de-obra formada em alto nível de qualificação (usando-se como indicadores ou o não aproveitamento deste recurso humano ou a presença de número excessivo de situações diferentes de atividade remunerada), em oposição, portanto, aos objetivos declarados do sistema educacional. Apenas para destaque assinala-se que 13,5% dos mestres em engenharia civil estavam desempregados, 33,4% dos mestres em endocrinologia, 20,0% dos de ginecologia e de otorrinolaringologia, 20,4% em educação, 21,8% em letras e 33,3% em engenharia elétrica mencionaram três ou mais empregos.

7. Cargos exercidos

Por ocasião da matrícula inicial, entre os empregados, predominavam os docentes, havendo, entre todos os 657 cargos citados[8] (tabela 5), 24,7% de menções para a docência de 1º e 2º graus e 41,7% para o magistério em nível superior (universidades ou institutos isolados); o predomínio de cargos docentes (66,4%, independentemente do grau de ensino em exercício) é encontrado nas três grandes áreas de conhecimento, colocando-se em segundo lugar de freqüência a atividade não relacionada ou a estágio, ou à pesquisa ou ao magistério.

Da mesma maneira que o período de realização do curso (situação antes-depois) foi traduzido por mudanças no número de empregos exercidos, ocorrem também modificações quanto à distribuição de cargos: em termos gerais (tabela 5) desaparece a situação de estagiário, diminui a citação de cargos não-ligados à docência e à pesquisa (de 25,7% para 23,6%), aumentam os cargos de pesquisa embora mantidos em percentagens irrisórias (de 2,4% a 4,0%), diminuem os cargos de docência nos graus pré-universitários (de 24,7% para 7,5%) e crescem as menções de cargos docentes de nível superior (41,7% a 64,8%). Em outras palavras, tornam-se mais mencionados os empregos em faculdades (institutos isolados de ensino superior ou universidades), fazendo com que, após a diplomação no mestrado, em apenas seis das 21 subáreas examinadas se encontrem percentuais iguais ou superiores a 50,0 para atividades remuneradas não-docentes: é o caso de cardiologia (50,0), endocrinologia (63,0), otorrinolaringologia (57,2), ortodontia (50,0), engenharia de produção (61,4) e informática (58,3); neste último caso, há trabalho elaborado pelo próprio curso, assinalando a recenticidade do fenômeno.

8 Aceitou-se, na presente pesquisa, como atividade profissional, o cargo de estagiário, desde que a ele fosse atribuída compensação financeira.

Tabela 5
Cargos exercidos

Área de conhecimento	Estagiário	Cargos exercidos (%)			
		Professor		Pesquisador	Outra atividade
		1º e 2º Graus	3º Grau		
Antes da realização do curso					
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)*	1,6	7,9	47,6	3,2	39,7
Ciências humanas e sociais (N = 392)*	1,3	30,9	44,6	1,8	21,4
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 202)*	14,9	17,8	34,1	3,5	29,7
Total (N = 657)*	5,5	24,7	41,7	2,4	25,7
Depois da realização do curso					
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 89)*		2,2	64,0	3,4	30,4
Ciências humanas e sociais (N = 361)*		12,7	66,8	3,3	17,2
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 220)*		0,9	62,3	5,5	31,3
Total (N = 670)*		7,5	64,9	4,0	23,6

* Aceita a resposta múltipla à questão.

8. Instituições patronais

O aumento dos cargos docentes de nível superior (antes/depois do curso) não se faz independentemente da ligação ou não da faculdade a uma universidade. Em termos globais, os cargos de magistério em universidades representam 35,0% de todos os cargos citados por ocasião da matrícula inicial no mestrado, passando a 56,0% na situação posterior à obtenção do título acadêmico; para os institutos isolados de ensino superior os dados são, respectivamente, 6,7% e 8,9%. Ou seja, se em suas conseqüências o curso de mestrado privilegia o docente (em comparação ao pesquisador e ao profissional altamente qualificado, mas não dedicado quer ao magistério, quer à investigação), o setor mais bem aquinhoado é o universitário, em oposição à faculdade isolada.

Além disso, a incorporção maior se faz no setor público (federal, estadual, municipal) e não no privado (tabela 6), já que para o total de informantes 64,3% dos cargos no período anterior ao início do curso são exercidos em órgãos oficiais, o que se eleva para 72,0% após a conclusão do mestrado (proporcionalmente a importância da instituição particular decresce de 34,8 para 27,6%); desagregando-se as informações por grandes áreas de conhecimento, obtém-se: saúde – 69,8 e 85,8%, humanidades – 63,7 e 67,0%, tecnologia – 63,3 e 76,8%.

Se se considera, agora, a entidade pública não mais para o conjunto de atividades remuneradas, como se fez no parágrafo precedente, mas apenas para os cargos de docência em universidades e se a própria mantenedora oficial é restrita à participação federal, é possível mostrar a incorporação do aluno/mestre na universidade federal nos dois períodos considerados do curso de mestrado:

Participação na docência em universidades federais (%)

	Antes do curso	Após o curso
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde	30,2	44,9
Ciências humanas e sociais	23,5	33,5
Ciências matemáticas, físicas químicas e tecnologia	23,3	46,4
Total	24,0	39,3

Em outras palavras, a eficiência externa (efetividade) do sistema de pós-graduação *stricto sensu*, pelo menos em nível de mestrado, privilegia a universidade federal, deixando em segundo plano quer as atividades não ligadas ao magistério, quer as

Tabela 6
Instituições patronais

Área de conhecimento	Instituições patronais (%)				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	No exterior
Antes da realização do curso					
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	49,2	20,6		28,6	1,6
Ciências humanas e sociais (N = 392)	30,6	30,9	2,2	36,0	0,3
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=202)	47,5	15,8		34,7	2,0
Total (N = 657)	37,6	25,3	1,4	34,8	0,9
Depois da realização do curso					
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 89)	66,3	12,4	7,1	13,1	1,1
Ciências humanas e sociais (N = 361)	41,0	23,0	3,0	33,0	
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=220)	69,1	7,7		22,3	0,9
Total (N = 670)	53,6	16,6	1,8	27,6	0,4

instituições particulares; tal fato merece ser considerado em função do estágio atual de desenvolvimento nacional e dos planos prioritários da ação governamental, mormente quando se considera a matrícula dos cursos de graduação realizados em institutos isolados, mantidos pela iniciativa privada.

9. Localidade de exercício profissional

Outra variável estudada, no que tange à atividade remunerada, foi a localidade de exercício profissional, buscando verificar a área geográfica de influência de cada curso (através das localidades citadas por ocasião da primeira matrícula) e a existência ou não do fenômeno conhecido por *brain drain* (ou evasão de cérebros), implicando na retenção ou não, por centros mais desenvolvidos de profissionais graduados em outras regiões e, conseqüentemente, na possibilidade de desenvolvimento de um determinado local (através de recurso humano altamente qualificado) a partir do capital empregado para a formação básica de profissionais, feita em outra localidade.

Considerados todos os cargos mencionados pelos informantes (tabela 7) e a localidade de exercício profissional, antes e após a realização do curso de mestrado, observa-se que não há alterações em termos de grandes regiões (Norte: 4,4 e 4,2%; Nordeste: 12,2 e 13,6%; Sudeste: 73,5 e 73,0%; Sul: 6,1 e 5,8%; Centro-oeste: 2,4 e 2,7%), o que pode ser conseqüência ou das formas adotadas para recrutamento e seleção de candidatos (atendimento preferencial à região Sudeste), ou da atual disseminação dos cursos de mestrado por diferentes pontos do país (embora seja mantida a supremacia numérica do eixo Rio de Janeiro-São Paulo), ou dos compromissos assumidos com a entidade patronal, via manutenção do salário durante o período de realização do mestrado ou concessão de bolsa de estudo (neste particular, sendo relevante o papel desempenhado pelo Programa Institucional de Capacitação Docente).

A não-fixação maior do diplomado no município sede do curso de pós-graduação (para os municípios de Rio de Janeiro, Itaguaí e Niterói houve um acréscimo de tão-somente 5,8% no total de cargos registrados) não implica em dizer que esta localidade não seja beneficiada pela atividade profissional do mestrando. Se se tomam os cargos exercidos nos municípios onde se localizam os cursos estudados, é possível demonstrar alterações no período de realização do curso:

	Antes (%)	Durante (%)	Depois (%)
Ciências da saúde	58,8	76,8	59,6
Humanidades	53,3	73,6	62,3
Tecnologia	51,5	76,6	53,2

Tabela 7

Localidades de exercício profissional

Área de conhecimento	Localidades de exercício profissional (%)								
	Norte	Nordeste	Sudeste				Sul	Centro-Oeste	Exterior
			1	2	3	Total			
Antes da realização do curso									
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	3,3	9,5	58,7	11,1	7,9	77,7	7,9		1,6
Ciências humanas e sociais (N = 392)	4,3	12,2	53,3	6,1	15,3	74,7	5,9	2,6	0,3
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=202)	4,9	12,9	51,5	1,5	16,8	69,8	5,9	3,0	3,5
Total (N = 657)	4,4	12,2	53,2	5,2	15,1	73,5	6,1	2,4	1,4
Depois da realização do curso									
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 89)	2,2	14,7	59,6	1,1	10,1	70,8	10,1	1,1	1,1
Ciências humanas e sociais (N = 361)	4,2	11,6	62,3	3,6	11,2	77,1	5,3	1,8	
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=220)	5,0	16,4	53,2	0,4	13,7	67,3	5,0	4,5	1,8
Total (N = 670)	4,2	13,6	59,0	2,2	11,8	73,0	5,8	2,7	0,7

1. Municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Itaguaí.
2. Outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.
3. Outros estados da região Sudeste.

implicando em dizer que, mesmo para os que se deslocam de seus domicílios permanentes para a realização do mestrado, há atividade profissional durante o curso, o que merece ser considerado por ocasião da concessão da bolsa de estudo e estudado, em profundidade, para aquilatar dos eventuais prejuízos deste exercício profissional paralelamente à obtenção de créditos em disciplinas e à elaboração da dissertação de mestrado.

10. Carga horária semanal de atividade

Dos 463 informantes, 397 (tabela 8) indicaram ocupação remunerada por ocasião da primeira matrícula no mestrado, sendo que 39,3% não atingiam a uma carga total de 40 horas semanais de trabalho (10,8% com até 19 horas semanais, 28,5% com cargas horárias indo de 20 a 39, 52,2% distribuídos pelo intervalo 40-59 e 7,0% com 60 e mais horas).

Após a titulação acadêmica em nível de mestrado, embora ainda persista o desemprego (16 dos 463 respondentes, ou seja, 3,5%) e haja casos de profissionais com pequeno número de horas semanais de trabalho (1,3% com menos de 10 horas e 4,0% no intervalo 10-19), torna-se menor a importância do intervalo 20-39 (13,1% dos casos) e cresce a incidência dos intervalos de 40 a 59 horas (68,8% dos informantes) e de 60 e mais horas (11,7%). Parece, assim, que a obtenção do diploma, além da incorporação na docência universitária e do acréscimo de relevância da instituição patronal pública, implica, em termos gerais, em ingresso no mercado de emprego/trabalho (3,5% de desempregados após o curso para 14,5% em seu início) e/ou aumento de horas semanais dedicados à ocupação.

Evidentemente é possível questionar a produtividade, em termos qualitativos, quando se considera que 22,3% dos mestres em ciências biológicas, biomédicas e da saúde, 20,9% dos de ciências humanas e sociais e 12,9% dos de ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia trabalham, por semana, 50 e mais horas, o que se liga a taxas representativas de profissionais com três e mais empregos (tabela 4).

11. Modificações profissionais atribuídas à realização do curso

Inquiridos sobre as mudanças da atividade profissional atribuíveis à nova titulação acadêmica, 27,0% dos respondentes (tabela 9) alegaram não terem ocorrido modificações, o que pode significar ou falta de percepção das relações existentes, ou desproporção entre expectativa e realizações, levando à resposta negativa. As informações obtidas e já apresentadas mostram que, ao término do curso, há

Tabela 8

Carga horária semanal de atividade remunerada

Área de conhecimento	Carga horária semanal (%)							
	Até 9	10 – 19	20 – 29	30 – 39	40 – 49	50 – 59	60 e mais	Sem resposta
Antes da realização do curso								
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 45)		6,7	20,1	4,4	51,1	13,3	4,4	
Ciências humanas e sociais (N = 206)	0,5	13,6	17,0	14,0	36,5	11,1	6,3	1,0
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=146)	0,7	6,8	20,0	6,1	50,0	4,8	8,9	2,7
Total (N = 397)	0,5	10,3	18,4	10,1	43,2	9,0	7,0	1,5
Depois da realização do curso								
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	1,6		3,2	3,2	69,7	8,0	14,3	
Ciências humanas e sociais (N = 206)	1,0	6,3	11,7	9,2	49,4	9,2	11,7	1,5
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=178)	1,7	2,8	1,2	5,6	74,7	12,9		1,1
Total (N = 447)	1,3	4,0	6,2	6,9	62,5	6,3	11,7	1,1

Tabela 9

Mudança na atividade profissional decorrente da obtenção do título de "mestre"

Área de conhecimento	Mudança ocorrida (%)			
	Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)*	Ciências humanas e sociais (N = 217)*	Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N = 183)*	Total (N=463)*
Não houve mudança	30,2	27,2	25,7	27,0
Perda de emprego		0,9		0,4
Obtenção de emprego:				
– Ensino superior	22,2	14,8	20,2	17,9
– Outra atividade	1,6	2,3	4,9	3,2
Melhoria de cargo:				
– Ensino superior	27,0	37,8	30,1	33,3
– Outra atividade	3,2	1,8	7,1	4,1
Modificação salarial:				
– Aumento**	33,3	47,5	33,9	40,2
– Diminuição	1,6	2,3	0,5	1,7
Mudança de carga horária:				
– Aumento	4,8	14,3	2,7	8,4
– Diminuição		1,4	0,5	0,9
Continuação de estudos:				
– Curso de doutorado	11,1	4,6	25,1	9,9
– Outros cursos			2,7	1,1
Aprovação em concurso:				
– Cargo de magistério superior	27,0	18,0	10,9	16,4
– Livre-docência	1,6			0,2
Acesso a posição de chefia	1,6	19,8	6,6	12,1
Melhor desempenho profissional	6,3	3,7	2,2	2,6
Maior *status*		0,5		0,2
Desenvolvimento de pesquisa		0,5		0,2

* Aceita resposta múltipla à questão. Percentual calculado sobre total de informantes.

** Incluído no item o recebimento de incentivos funcionais.

diminuição do número de desempregados, aumentam os cargos docentes no terceiro nível de ensino exercidos em universidades federais e cresce o número de horas semanais dedicadas à ocupação remunerada; neste sentido, é atingido pelo menos um dos objetivos declarados para ingresso no curso de mestrado, o referente ao atendimento dos requisitos para magistério em nível superior (tabela 2).

Ocorrem, no entanto, e em maior freqüência, afirmações de que a nova titulação acadêmica proporcionou mudanças na atividade profissional, sendo mencionadas em maior proporção: obtenção de emprego (21,1% dos informantes, sendo 17,9% com referências à docência no terceiro grau de ensino), ascensão profissional por mudança de cargo (37,4%, sendo 33,3% no ensino de nível superior) e aumento dos vencimentos auferidos (40,2% aí incluídos os casos de recebimento de incentivos funcionais). Outras respostas são referidas a aumento da carga horária semanal de trabalho (8,4%), a aprovação em concurso para provimento de cargo em magistério superior (16,4%) e a acesso às posições de chefia (12,1%), atestando, assim, que também são atendidos outros objetivos, declarados pelos próprios informantes, entre os quais podem ser citados o aperfeiçoamento profissional e a possibilidade de ascensão aos diversos cargos da ocupação remunerada.

12. Atividade de pesquisa

Já que um dos objetivos proclamados da pós-graduação *stricto sensu* é a formação do recurso humano para as atividades de investigação científica, procurou-se verificar o número de pesquisas realizadas (e o número de pesquisas em andamento) após a obtenção do grau de mestre. Dado que não se pedia que o informante tivesse assumido, em qualquer pesquisa, a função de coordenador ou de investigador principal, mas tão-somente que indicasse as investigações em que tivesse participado (qualquer que fosse o seu grau de responsabilidade), os resultados obtidos podem ser considerados pouco significativos em relação aos objetivos dos cursos: 64,7% dos mestres (percentual que vai a 73,3 no caso de ciências humanas e sociais, tabela 10) não assinalaram qualquer pesquisa concluída e 54,5% (63,6% na área de ciências humanas e sociais) não estavam realizando qualquer atividade de pesquisa, na ocasião em que prestaram informações para o presente trabalho. A situação, em termos de grandes áreas de conhecimento, é um pouco melhor para as ciências biológicas, biomédicas e da saúde (50,8% sem pesquisa concluída e 33,3% sem pesquisa em andamento), o que se prende à maior atividade de investigação por parte dos egressos dos cursos de biofísica e parasitologia.

13. Continuação de estudos

Do total de 463 informantes, 63,3% não indicaram qualquer curso feito após o mestrado (tabela 11), havendo 21,2% de casos com 1 curso, 7,1% com 2 e 3,2% com 3.

Tabela 10

Atividade de pesquisa

Área de conhecimento	Número de pesquisas (%)					
	0	1	2	3	4	5 e mais
Pesquisas em andamento						
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	33,3	36,5	12,7	17,5		
Ciências humanas e sociais (N = 217)	63,6	30,4	3,7	2,3		
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=183)	50,8	33,9	8,7	5,5		1,1
Total (N = 463)	54,5	32,6	6,9	5,6		0,4
Pesquisas concluídas						
Ciências biológicas, biomédicas e da saúde (N = 63)	50,8	15,9	12,7	6,3	9,5	4,8
Ciências humanas e sociais (N = 217)	73,3	16,6	6,0	1,8	2,3	
Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia (N=183)	59,0	15,8	11,5	6,0	5,5	2,2
Total (N = 463)	64,7	16,2	9,1	4,1	4,5	1,4

Tabela 11

Cursos realizados após a obtenção do título de "mestre"

Número, nível e instituição mantenedora	Área de conhecimento (%)			
	Ciências biológicas, biomédicas e da saúde	Ciências humanas e sociais	Ciências matemáticas, físicas, químicas e tecnologia	Total
Número de cursos				
0	60,3	71,4	54,6	63,3
1	22,2	14,7	28,4	21,2
2	9,5	7,8	5,5	7,1
3	4,8	1,9	4,4	3,2
4	1,6	2,3	3,3	2,6
5 e mais	1,6	1,9	3,8	2,6
Total	N = 63	N = 217	N = 183	N = 463
Nível do curso				
Aperfeiçoamento	4,8	9,3	6,1	7,1
Especialização	4,8	18,6	3,7	9,3
Atualização	73,8	64,5	72,5	69,8
Doutorado	16,6	7,6	17,7	13,8
Total	N = 42	N = 118	N = 164	N = 324
Instituição mantenedora do curso				
Federal	47,6	39,0	56,7	49,1
Estadual	16,7	11,0	3,7	8,0
Municipal		1,7		0,6
Privada	26,2	44,1	25,6	32,4
No exterior	9,5	4,2	14,0	9,9
Total	N = 42	N = 118	N = 164	N = 324

Dos 324 cursos realizados, 13,8% foram incluídos na rubrica de doutorado e 69,8% na de atualização, sendo, no total, 49,1% realizados em instituições federais e 32,4% em entidades privadas

Se associamos a realização destes cursos às conseqüências declaradas da obtenção do título de mestre (11,0%, tabela 9, assinalaram a possibilidade de continuação de estudos), é possível concluir que, para um bom número de mestres (no caso estudado, a terça parte destes), o mestrado não se constitui em etapa final de escolarização formal, situação que se torna mais significativa quando se verifica que, para muitos dos informantes, o mestrado foi feito imediatamente ao término do curso de graduação e quando se considera o momento de realização da presente pesquisa (questionários aplicados no primeiro semestre de 1980) e o término do curso de mestrado (1,9% dos informantes acusou o período 1967-79, 10,1% o qüinqüênio 1970-4 e 82,4% o intervalo 1975-9).

14. Conclusões

Partiu-se, no presente trabalho, da hipótese geral de que, no esforço brasileiro de capacitação do recurso humano altamente qualificado, dá-se maior importância à função social do que à técnica, entendida a primeira como a validação, pelo sistema escolar, de uma desigual distribuição de oportunidades de acesso aos cargos de melhores salários ou de maior *status*[9] e a segunda como o preparo do recurso humano para o exercício de ocupações de alto nível de qualificação (assinala-se que esta última função é, no entanto, a mais freqüentemente encontrada – ou mesmo a única mencionada – nos documentos oficiais). Em outras palavras, em face do modelo econômico de concentração de riqueza e conseqüente diminuição da capacidade de poupança dos setores médios da população, privilegia-se a escolaridade universitária como forma de ascensão social ou de manutenção do *status* familiar; a validação educacional da discriminação social, contudo, atinge o quarto grau de ensino (pós-graduação *stricto sensu*) de forma mais intensa, na medida em que o aumento de vagas nos cursos de graduação e a adoção do vestibular classificatório (como mecanismo de aproveitamento de todas as vagas oferecidas), úteis em um dado momento histórico de intensa movimentação estudantil, não se mostraram filtros eficazes, nem foi possível conter a demanda por matrícula em estabelecimentos de nível superior, através da adoção dos cursos profissionalizantes do segundo grau. Assim, em face da necessidade de distribuição de melhores empregos e melhores salários aos componentes de determinadas camadas sociais, cria-se

9 Ver, a respeito, os trabalhos de Luís Antônio Cunha (Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getulio Vargas) e os de Anísio Teixeira.

um novo nível de ensino, reservando-se a este funções tipicamente seletivas e elitizantes; a esta *função social* agrega-se uma função de formação do recurso humano, compatível com o estado de desenvolvimento do país, a *função técnica.*[10]

A hipótese geral, acima mencionada, foi decomposta em algumas subipóteses, tais que: o esforço público para a diplomação de mestres, expresso pela concessão de bolsas de estudo, não se relaciona diretamente à condição financeira do candidato ou a situações mais prementes da realidade nacional; mesmo que seja admitida a igualdade entre titulação em curso de mestrado e qualificação profissional de alto nível, não há total e racional aproveitamento do egresso, o que implica possível redução da efetividade (em termos de impacto na comunidade) do sistema formador de recursos humanos; a atividade de pesquisa, desenvolvida durante o curso de mestrado, não é necessariamente continuada após a obtenção do diploma, o que diminui, consideravelmente, a eficiência, interna e externa, do aparelho formador. A comprovação destas três subipóteses levaria à refutação de grande parte do papel técnico deste nível de ensino, abrindo espaço para a função social do mesmo.

As informações obtidas não são suficientes para refutar quaisquer destas proposições. Comprovou-se a oferta de bolsas de estudo, mais numerosas no período inicial do que no final do curso respectivo. Por outro lado, não se conseguiu estabelecer a relação entre dificuldade econômico-financeira e concessão de bolsa, já que, em grande número de casos de bolsistas, são mantidos, pelas instituições patronais, os salários; não se encontrou, também, relação direta entre distribuição das bolsas por áreas e subáreas de conhecimento e planos prioritários de governo, problemas prementes da comunidade, estratégias de desenvolvimento etc., tudo levando a crer que a distribuição, maior ou menor, obedece, antes, ao prestígio de determinados grupos acadêmicos na comunidade científica ou administrativa do país.

Do ponto de vista do aproveitamento da mão-de-obra, o encaminhamento natural do mestre é a docência de nível superior de ensino, preferentemente em universidades federais (notoriamente as de maior *status* e prestígio), muito embora se declare desde o Parecer nº 977 de 1965 (do Conselho Federal de Educação) que são três as funções da pós-graduação *stricto sensu* (preparar docentes para o ensino de terceiro grau, preparar pesquisadores, preparar profissionais altamente qualificados). E mesmo depois do mestrado ocorrem casos de desemprego e subemprego,

[10] Ver no II Plano Nacional de Pós-Graduação, op. cit. p. 8: "A não ser em casos específicos, como tecnologia de ponta, produtos estratégicos ou que competem no mercado externo, a qualidade se orienta menos por um critério comparativo do que pela adequação à estrutura e às características do aparelho interno de produção de bens e serviços, e à situação sócio-econômica e política do país em geral."

conceituado este em função do pequeno número de horas semanais de atividade remunerada; persiste, também, o emprego simultâneo em três ou mais instituições, tendente a diminuir a produtividade, pelo menos em termos qualitativos.

Finalmente a atividade de pesquisa não é continuada para a maior parte daqueles que se diplomam em nível de mestrado, embora ocorram diversificações segundo a subárea de estudos considerada; o trabalho de dissertação/monografia assume, então, características de uma experiência nova, não renovada em momentos subseqüentes e, portanto, de escasso valor real. Isto não impede, todavia, que se identifique claramente a *função cartorial* da escola e do título, já que a conclusão do curso representa, de forma mais ou menos automática, sem exame da real qualificação obtida (em oposição ao título atingido), ou inserção no magistério de nível superior, ou promoção para cargos imediatamente superiores na carreira do magistério, ou recebimento de bonificações salariais, sob a forma de incentivos funcionais, inclusive o de produção científica . . .

Se predomina a função social na pós-graduação *stricto sensu*, mas persiste a necessidade de qualificação profissional, talvez a solução seja, então, embora talvez por motivos diversos, retornar a sugestão constante no II Plano Nacional de Pós-Graduação – documento base para discussão:[11]

"A ampliação das opções de formação pós-graduada constitui uma das preocupações básicas deste plano. Mais do que os desajustes quantitativos ao perfil da demanda, se constata uma inadequação substantiva, quanto ao tipo de opção oferecida e quanto ao conteúdo da qualificação que o sistema produz."[12]

O que implicará no desenvolvimento de cursos como os de aperfeiçoamento e de especialização, passíveis, inclusive, de inclusão no PICD II da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação e Cultura.[13]

11 Brasil. Conselho Nacional de Pós-Graduação. op. cit. p. 14, § 1º.

12 A bem da verdade, parece pouco real a diferenciação feita neste mesmo plano entre dois paradigmas da universidade brasileira, o da universidade essencialmente profissionalizante e o da universidade voltada para a produção intelectual e científico-tecnológica. A presente pesquisa demonstra que esta diferenciação atinge mais os grupos envolvidos com as diversas subáreas do conhecimento, antes que a definição da universidade por um ou outro tipo de atividade.

13 *Capes Informa.* Brasília, *2* (2): 1-4, ago. 1980.